ADUNESP *in*FORMA

Adunesp Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 37 - Outubro 2003

IV Congresso aponta o caminho da luta em defesa da universidade pública e contra o confisco de direitos

Confira as deliberações e a Carta de Bauru nas páginas 4 e 5

Órgãos colegiados

Diga não aos candidatos chapa branca. Vote nos candidatos do "chapão" da Adunesp

Página 3

Reforma tributária

Você sabia que trabalha mais de quatro meses por ano só para pagar impostos?

Páginas 10 e 11

Previdência

A luta agora é no Senado. Nas páginas 6 a 9, confira o calendário de atividades, o que foi aprovado na Câmara e a íntegra da "Carta dos Intelectuais" ao governo Lula

O que vem por aí...

Planalto prepara reforma sindical e trabalhista

Página 12

A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser."

Paulo Freire

Homenagem da Adunesp ao Dia dos Professores

Editorial

A nova gestão, a luta política e a defesa da Universidade

Há pouco mais de um mês, a nova diretoria da Adunesp tomou posse e, como era de se esperar, encontrou uma conjuntura complexa, externa e internamente. A reforma da Previdência, que deu ensejo a uma das mais radicalizadas greves do funcionalismo federal – e que contou com a participação das estaduais paulistas – é um marco na história política e sindical do país.

A forte greve dos servidores públicos, em seus 52 dias, foi o maior movimento organizado contra a política pró-imperialista do governo Lula até o momento. Se bem tenha conseguido aprovar a PEC 40 na Câmara, para alívio das burguesias nacional e imperialista, o governo encontra-se mergulhado numa crise política e econômica. De um lado, ressente-se do desgaste frente ao funcionalismo, até então uma das mais importantes bases de sustentação do PT. De outro, sofre com as pressões da burguesia nacional, descontente com os rumos da política econômica em vigor (juros altos, aumento da carga tributária etc).

Aprofundar as fissuras abertas pela crise é o caminho mais promissor para os trabalhadores neste momento. Assim, a continuidade da luta do funcionalismo, bem como a sua ampliação para o conjunto dos trabalhadores, é determinante não só para emperrar a reforma da Previdência, mas também para impedir a sindical e trabalhista, próxima ação do governo Lula que, em resumo, visa a enfraquecer as organizações sindicais para facilitar o confisco de direitos consagrados em lei.

Neste um mês à frente do Sindicato, a nova diretoria já acumula um conjunto de atividades importantes, como a participação em marchas e atos em Brasília, encontros, seminários e outros. Na trilha dos companheiros que dirigiram a entidade nos últimos anos, o objetivo é prosseguir nesta luta. Nenhum esforço será poupado para que os docentes da Unesp se engajem em todos os momentos da batalha contra as reformas do governo Lula, contra a extinção e pela ampliação de direitos.

No plano interno, a movimentação também é intensa. No início de setembro, a entidade realizou, em Bauru, o seu IV Congresso. Com a participação de companheiros da maioria das unidades, foram feitas avaliações sobre a trajetória da Adunesp no último período e traçado um plano de lutas para a próxima etapa. O Congresso também foi cenário de um interessante debate sobre o atual governo. E nem poderia ser diferente. Compreender as características e perspectivas do governo Lula, capitaneado por um importante ex-dirigente sindical, é fundamental para a nossa reação. Trata-se de um governo que, eleito a partir das expectativas da maioria da classe trabalhadora, segue uma política ainda mais explícita do que o anterior na defesa dos interesses capitalistas.

O IV Congresso também foi importante para reforçarmos a organização da categoria nas subseções da Adunesp e reafirmarmos os eixos da luta no plano interno. Sob uma administração claramente comprometida com o sucateamento do ensino público, a Unesp vem sendo atacada em vários *fronts*. Isso nos reforça o desafio de avançarmos na defesa da Universidade e dos direitos da categoria. Ainda estão na ordem do dia questões decisivas, como a luta por mais verbas, por uma expansão que garanta a qualidade do ensino, pela contratação de docentes em RDIDP (para garantir a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão), contra a instalação de cursos pagos na Unesp, pela democratização das estruturas de decisão, entre outras, como mostra a Carta de Bauru (*páginas 4 e 5*).

A constituição do "chapão" da Adunesp aos órgãos colegiados centrais também é pauta central no momento (*página 3*). Contra os candidatos "chapa branca", que pedem o voto da categoria para defender os interesses da atual administração e do governo estadual, chamamos os docentes a eleger aqueles companheiros que estejam em sintonia com as necessidades da categoria e do ensino público.

Nos dois anos de gestão que a nova diretoria tem pela frente, essas e outras questões estarão no centro das atenções. Fortaleça a entidade e participe ativamente de todos os momentos destas lutas. Afinal, são os interesses coletivos da categoria, da universidade pública e da classe trabalhadora que estão em jogo!

De olho

Entidades entram na justiça contra desconto de 5%

Em conjunto com várias entidades do funcionalismo estadual, o departamento jurídico da Adunesp ingressou na justiça com um mandado de segurança, no dia 17 de setembro, contra a cobrança de 5% sobre os salários dos servidores. A cobrança foi aprovada pela Assembléia Legislativa, a pedido do governador Geraldo Alckmin, a título de taxa previdenciária, e passou a vigorar a partir de 26/9. O primeiro desconto já deve ocorrer no holerite de outubro. Por iniciativa do Fórum das Seis, uniram-se na ação as seguintes entidades: Adunesp, Adusp, Adunicamp, Sintunesp, STU, Apeoesp, Sindsaúde, Udemo, Apase, CPP, Afresp, ASJCOESP, Sinafresp e Sindalesp. Tomando por base os pareceres de vários juristas - entre eles o professor da USP, Vicente Greco Filho –, que consideraram a medida inconstitucional, os advogados argumentaram que a Lei Complementar 943 (que instituiu os 5%) simplesmente impõe uma alíquota, demonstrando unicamente o seu fim arrecadatório, não instituindo um sistema de previdência. Aguarde mais informes sobre o andamento da ação nos materiais impressos e no *site* da Adunesp.

E a negociação de outubro, senhores reitores?

Outubro já chegou e, até o momento, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) não chamou o Fórum das Seis para negociar, embora tivesse se comprometido a fazê-lo durante a data-base. Além da questão salarial, também queremos discutir os demais pontos da pauta de reivindicações, que ficaram pendentes (contratação de pessoal, saúde do trabalhador, expansão etc). No caso dos salários, a negociação é mais do que urgente. O início da cobrança de 5%, imposta pelo governo Alckmin, além da persistente inflação mês a mês, fazem com que os 14,45% de reajuste que tivemos comecem a desaparecer. E então, senhores reitores, como fica a palavra empenhada?

Vestibular nas unidades diferenciadas

A falta de respeito aos órgãos colegiados na Unesp está se transformando em rotina na atual gestão. Embora o CEPE e a CCG não tenham aprovado a realização de vestibular nas unidades diferenciadas neste final de ano, a Reitoria tomou caminho inverso. É público e notório que tais unidades, que começaram a funcionar a partir de uma verba extra concedida pelo governo estadual, apresentam problemas sérios com infra-estrutura, pessoal e outros. Como ficará a situação quando estas verbas se esgotarem? Quem pagará a conta? Os ganhos eleitorais que os tucanos tiveram com a apressada criação dos *campi* novos não serão suficientes para resolver a questão. A Adunesp vem acompanhando de perto todo esse processo e continuará a fazê-lo, pois defende a expansão de vagas com qualidade e na medida das necessidades da população... e não esse arremedo que aí está. Também não concordamos que as unidades diferenciadas sejam transformadas em regulares a partir de uma canetada no estatuto da Universidade, mas sim após a efetiva dotação orçamentária e criação de reais condições de funcionamento.

Ato no dia 13/10 lança Plano Estadual de Educação

O Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep) vai lançar o Plano Estadual de Educação (PEE) no dia 13/10, em ato na Assembléia Legislativa de São Paulo, a partir das 15 horas, com audiência pública na Comissão de Educação. O texto é produto do esforço de diversas entidades sindicais ligadas à educação, entre elas a Adunesp. "O PEE foi concebido em moldes democráticos e será um referencial político para todos nós, numa perspectiva de embate com o governo estadual", explica Maria Valéria Barbosa, de Marília, que está representando a Adunesp nas atividades do Fedep e contribuindo diretamente para a redação do documento. No dia 15, o governo estadual deverá protocolar a sua proposta de Plano, também na AL. Na próxima edição, mais detalhes sobre o assunto.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp Seção Sindical

Diretoria: Milton Vieira do Prado Jr. (presidente), Sueli Guadelupe de Lima Mendonça (vice-presidente), Rubens Pereira dos Santos (secretário-geral), Maria Aparecida Segatto Muranaka (vice-secretária), Osvaldo Gradella Jr. (tesoureiro-geral), Marcelo Batista Hott (vice-tesoureiro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP. Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

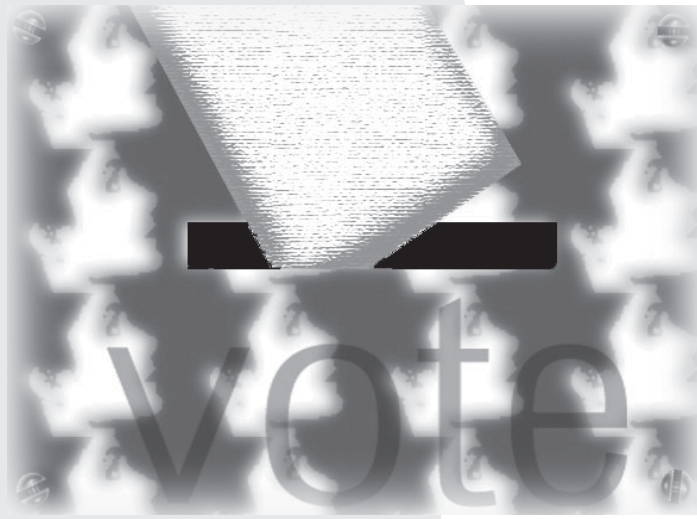
E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

ELEIÇÕES NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

De 6 a 8 de outubro, vote nos candidatos do "chapão" da Adunesp

A eleição de representantes para os órgãos colegiados centrais da Unesp (CO, CEPE, CADE, CCG, CCPG e CCEU) acontece entre os dias 6 e 8 de outubro. A Adunesp, a exemplo do que vem fazendo nos últimos anos, organizou uma série de debates, que culminaram com a composição de uma chapa de candidatos, comprometidos com os princípios defendidos pela entidade. A Adunesp entende que os representantes docentes nestes órgãos devem desempenhar um mandato voltado à defesa dos interesses da categoria e estarem prontos a denunciar tudo o que seja lesivo aos trabalhadores, ao ensino público e à sociedade.



Os nomes destes companheiros estão sendo amplamente divulgados nas unidades. Abaixo, confira a íntegra da carta de apresentação da chapa da Adunesp:

"A Adunesp Seção Sindical avalia que, nos próximos anos, a Unesp enfrentará a continuidade da expansão de vagas sem garantia de financiamento definitivo, a perspectiva de um grande número de docentes e servidores solicitando aposentadoria, a não reposição de docentes e servidores ou reposição de forma parcial, a implementação de um modelo de financiamento empresarial, colocando as fundações como mediadoras de captação de recursos via Cursos de Ensino à Distância, Projetos de Educação Continuada, Cursos de Especialização pagos; fatos estes que comprometerão a manutenção da Unesp como uma Universidade de qualidade e socialmente referenciada.

Esse quadro aponta para a necessidade de articulação nos órgãos colegiados centrais, como espaços reais de tomadas de decisão, visando nortear os rumos da nossa Universidade. Intervenção esta qualificada e embasada nos princípios defendidos pela Adunesp Seção Sindical, amplamente debatidos em nossas plenárias, assembléias e reafirmados no IV Congresso. Tais princípios, aprovados nas instâncias do Sindicato, nortearam a formação da chapa e a organização dos docentes, por colegiado, que representarão e defenderão o modelo de universidade pública de qualidade e plano de lutas, são eles:

A manutenção da Unesp como universidade pública, gratuita e de qualidade;

Pela reposição de docentes qualificados em RDIDP, para garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão;

Pela expansão do ensino público com financiamento e garantia de uma estrutura física condizente com a expansão;

- **Pela democratização das estruturas de decisão dentro da Universidade;**

Pela defesa intransigente dos órgãos colegiados;

- **Pelo orçamento participativo e pela transparência real das contas da Universidade;**

Pela representação do Sindicato no CO;

Pela manutenção plena das universidades públicas pelo Estado;

Pela ampliação dos quadros docente e técnico-administrativo, bem como da infra-estrutura física e técnica que possibilite o pleno funcionamento da Unesp;

- **Pela realização de auditoria em todas as fundações públicas da Unesp e pelo fim das fundações privadas na --"**

COMPOSIÇÃO DO CHAPÃO DA ADUNESP 2003/2006

CO

Titular	Suplente

CADE

Subáreas	Titular	Suplente	Unidade
Ciências Exatas e da Terra	LÉIA MARIA DE ALMEIDA PAGANI	GENER TADEU PEREIRA	S. J. Rio Preto / Jaboticabal
Ciências Biológicas	ARIF CAHI	RENALDO JOSÉ PADRÓN PÉREZ	S. J. Rio Preto
Engenharias	FERNANDO MARGARETO E. MARINO	JOSÉ ALBERTO DE OLIVEIRA	Guaratinguetá
Ciências da Saúde	JOSÉ ANGELO MARINELLI	MIL TON SERRA DOS PRAZERES JÚNIOR	Rio Claro/Araraquara
Ciências Agrárias	MILTON FUSSIFERRI	EDMAR NATO MARINHO FERNANDES	Dracena
Ciências Humanas	CLÁUDIO EDUARDO REIS	PAULO ROBERTO BRAMONTI	Assis/Presidente Prudente
Lingüística, Letras e Artes	RAMIR F. BARBOSA	FERNANDO BRAMONTI DOS SANTOS	Araraquara

CCPE

Subáreas	Titular	Suplente	Unidade
Ciências Exatas e da Terra	MARCELO BATISTA FILITT	ROBERTO NAVARETE	Guaratinguetá
Ciências Biológicas	MARCELO ANDRÉS FOURNY	JOSÉ ROBERTO BUSSAMARA	S. J. Rio Preto
Engenharias	DONATO E. JÚNIOR	DERMAN DE TRISTAO MICHEL	Rio Claro
Ciências Agrárias	JOSÉ MAR SANCHES	TERESA CRISTINA T. MOSSARA	Jaboticabal
Ciências Sociais Aplicadas	ANA MARIA RAMOS PEREIRA	HELEN BARBARA PAIS ENGLER	Franca
Ciências Humanas	SANDRA TRATO DA SILVA	SIDNEY DE CARVALHO	Marília
Lingüística, Letras e Artes	JOÃO ROBERTO BASCOA BONFÁ	RUBENS RIBEIRA DOS SANTOS	Assis

CCPG

Subáreas	Titular	Suplente	Unidade
Ciências Exatas e da Terra	MARIA GIULIA F. R. S. CAMARGO	DENIS CAMARGO	Guaratinguetá
Ciências Biológicas	MORAES DO NASCIMENTO TORRONI	LUÍS FERNANDO JORGE GRANDO	S. J. Rio Preto
Engenharias	EDSON ANTONIO FARFELLI SOUZA	ROBERTO DE M. SANTOS GONÇALVES	Bauru
Ciências da Saúde	CLÁUDIO A. MARTINS E. FILHO	JOÃO BOSCO FARIA	Araraquara
Ciências Agrárias	EDSON LAGANÁ	MARCOS DE ANDRADE FRAZÃO JÚNIOR	Dracena
Ciências Sociais Aplicadas	ODEBILER SANTO SUDAUSU	BENEDITO PROPERSI DE MORAES NETO	S. Carlos / Araraquara
Ciências Humanas	MARCOS TADEU DEL ROIO	MARIA BÁRBARA DE BRITO FARIAS NEVES	Marília/Presidente Prudente
Lingüística, Letras e Artes	HELOÍSA COSTA MILTON	ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Assis

CCEU

Subáreas	Titular	Suplente	Unidade
Ciências Exatas e da Terra	HÉLIO SILVA SILVA JÚNIOR	JOSÉ HUMBERTO DIAS DA SILVA	Guaratinguetá/Bauru
Ciências Biológicas	PEDRO DE OLIVEIRA NETO	BARBARA MARIA BARBARINA	Araraquara/Assis
Engenharias	ARGEMIRO HENRIQUE S. OLIVEIRA	JOSÉ ELIAS TOMAZONI	Guaratinguetá
Ciências da Saúde	CARLOS ALBERTO DOS S. CRUZ	VERA L. B. FAHOUL	Araraquara
Ciências Agrárias	FERNANDO ANTÔNIO F. RODRIGUES	JOSÉ LUIZ GUIARAO FRANCI	Rio Claro
Ciências Sociais Aplicadas	MARIA DO DEL PILAR LOPES JÚNIOR	GERALDO APARECIDO P. DE OLIVEIRA	Franca
Ciências Humanas	FÁTIMA FAGUNDES	MARIA DE LOURDES LIMA DO L. MEDEIROS	Marília
Lingüística, Letras e Artes	CRISTINA CARNEIRO RODRIGUES	MARCOS M. CASTELLO BRANCO HATTNER	S. J. Rio Preto

SEAM

Subáreas	Titular	Suplente	Unidade
Ciências Biológicas	CARLOS ALBERTO MARTIN	JOSÉ FERNANDO M. DE ALMEIDA	Rio Claro
Ciências Exatas	ANTONIO JOÃO CHILE	VALERIO A. PAMPLONA SALOMON	Rio Preto / Guaratinguetá
Ciências Humanas e Sociais	ALONSO BEZERRA DE CARVALHO	MARIA DE LOURDES D. BRANCO CHILE	Assis

Reforma sindical e trabalhista será tema central do 47º Conad

O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) está convocando o seu 47º Conad (conselho de entidades) para 31/10 a 2/11, em Natal. Com a participação de delegados de todo o país, a atividade terá como tema central "Estado, democracia e serviços públicos: essa luta é de todos nós".

Além de um balanço das lutas contra a reforma da Previdência, o evento terá como um de seus principais debates a reforma sindical e trabalhista, que o governo pretende iniciar ainda em 2003 (*veja matéria a respeito na página 12*).

A Adunesp tem direito a enviar um delegado e quantos observadores se fizerem necessários ao 47º Conad, que serão indicados na plenária de outubro do Sindicato.

ORGANIZAÇÃO

IV Congresso aponta o caminho da luta em defesa da universidade pública e contra o confisco de direitos

Realizado de 5 a 7 de setembro, no campus de Bauru, o IV Congresso da Adunesp foi um importante momento na organização da categoria. Já sob a direção dos companheiros eleitos para a gestão 2003-2005, os debates marcaram o posicionamento firme dos docentes da Unesp em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, bem como da luta por melhores salários e condições de trabalho, e contra a retirada de direitos (via reforma da Previdência, por exemplo).

A plenária de abertura do IV Congresso: participação de representantes do Andes, Sintunesp, Adusp, Fórum das Seis e Apeoesp

Delegados e observadores de 11 unidades debateram, também, a conjuntura nacional e fizeram uma avaliação do governo Lula. Eleito a partir das expectativas de dezenas de milhões de brasileiros, que esperavam que este fosse um governo comprometido com a maioria explorada do país, trata-se, na realidade, de uma continuidade mal disfarçada da era FHC.

A "Carta de Bauru", documento aprovado ao final do Congresso, sintetiza bem esta caracterização e aponta as prioridades de luta da Adunesp e da categoria no próximo período:

"O IV Congresso do Sindicato dos Docentes da Unesp – Adunesp S. Sindical, realizado em Bauru/São Paulo, de 5 a 7 de setembro de 2003, com o tema "Desafios do movimento docente hoje",contou com representantes das subseções sindicais de Assis, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, que analisaram a situação da universidade pública e dos docentes na conjuntura político-econômica nacional e internacional e suas determinações nos rumos da educação pública em geral.

A atual conjuntura atinge as condições de vida do conjunto dos trabalhadores e, também, os servidores públicos, em especial das universidades públicas, colocando-nos frente ao desafio de lutarmos em defesa dos serviços públicos e da universidade pública, gratuita e de qualidade para toda a sociedade. Para tanto, reafirmamos a Adunesp como um Sindicato classista e combativo, com o compromisso de organização da categoria em defesa da Unesp, dos direitos trabalhistas e inserida na luta de classes. Essa perspectiva de atuação sindical torna-se ainda mais necessária quando vemos as iniciativas do governo federal e das políticas implementadas internamente pela Reitoria da Unesp.

Após oito meses do governo Lula, há demonstrações claras de que a política implementada está alinhada aos princípios do neoliberalismo e do denominado Consenso de Washington II. Um governo que assume características anti-populares, marcado pelo fisiologismo e pela sustentação de relações dependentes com os banqueiros internacionais, abandona a sua trajetória de luta e de oposição, construída ao longo da história política do Brasil. Esse fato traz um elemento novo aos movimentos sociais, que perderam seu histórico aliado nas lutas contra a implantação da política neoliberal. A nova postura do governo gera perplexidade em alguns setores dos movimentos sociais, que ainda têm expectativas com os antigos aliados, cada vez mais comprometido com as sucessivas e inequívocas propostas afinadas com as diretrizes dos organismos internacionais do capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, OMC, Alca).

> Após oito meses do governo Lula, há demonstrações claras de que a política implementada está alinhada aos princípios do neoliberalismo e do denominado Consenso de Washington II.

Consideramos, também, que a política do governo não é expressão apenas de um erro de percurso, de uma tática equivocada ou de uma correlação de forças adversa, mas sim uma estratégia consciente, assumida, correspondente à defesa de interesses do capital, que não favorecem a classe trabalhadora e colocam os servidores públicos como os vilões dos problemas do Brasil.

Essa mudança de rumo do governo Lula demonstra-se na votação da reforma da Previdência, quando observamos a maioria dos parlamentares dos partidos de esquerda, agora base de sustentação do atual governo, votar numa reforma ditada pelo Fundo Monetário Internacional. Ao invés de dezenas de votos contrários à privatização da Previdência, verificamos que aqueles que defendiam até pouco tempo os direitos dos servidores e aposentados, agora atacam o movimento de greve nacional dos servidores públicos e retiraram os direitos dos trabalhadores.

Esse quadro possibilitou nas universidades estaduais paulistas a realização de um movimento de greve com caráter eminentemente político, diferente daqueles dos momentos de campanha salarial. Greve em defesa dos nossos direitos e que fez a categoria unir forças com companheiros dos serviços públicos, reafirmando, na prática, os docentes do ensino superior como "trabalhadores" e "servidores", sujeitos ao impacto das reformas que estão colocadas. Esse ponto é positivo nessa atual conjuntura e fundamental para organizar a categoria frente à tramitação da reforma da Previdência no Senado Federal e as novas reformas já anunciadas, como a Tributária já em curso, a Trabalhista e a Universitária. Isto porque o desdobramento desta política atual tem sido desemprego crônico, queda da renda, do consumo, arrocho salarial e falência dos serviços públicos.

Aliado a este quadro geral, na Unesp, a continuidade da expansão de vagas sem garantia de financiamento definitivo, a perspectiva de um grande número de docentes e servidores solicitando aposentadoria, a não reposição de docentes e servidores ou reposição de forma parcial, a implementação de um modelo de financiamento empresarial colocando as fundações como mediadores de capta-

... continua

ção de recursos (via cursos de ensino a distância, Projetos de Educação Continuada, Cursos de Especialização pagos) comprometem as bases de uma universidade pública e a manutenção da Unesp como uma universidade de qualidade e socialmente referenciada.

Esse quadro aponta também para a necessidade de articulação nos órgãos colegiados centrais como espaços reais de tomadas de decisão, visando nortear os rumos da nossa Universidade. Intervenção esta qualificada e embasada nos princípios defendidos pela Adunesp Seção Sindical, amplamente debatidos em nossas plenárias, assembléias e reafirmados neste Congresso. Tais princípios nortearão a formação de uma chapa e a organização dos docentes que representarão e defenderão o modelo de universidade pública de qualidade, com: ampliação de verbas e financiamento pelo Estado; articulação e integração do ensino, pesquisa e extensão; combate à precarização do trabalho e aà privatização das instituições de ensino superior.

Para a Adunesp Seção Sindical, são prioritárias a organização da categoria e a disposição para a luta no combate às iniciativas que colocam em risco nossa Universidade. Nesse sentido, a ampliação da base nos *campi* onde já possuímos subseções sindicais e a implantação nos *campi* onde ainda não existe a organização da categoria pelo Sindicato, a articulação entre a diretoria executiva e as subseções sindicais e também com os representantes nos órgãos colegiados, serão iniciativas fundamentais para uma intervenção qualificada nos rumos da Universidade.

Assim, evidencia-se a necessidade de constante organização da categoria nas subseções sindicais, visando uma ampliação de força do nosso Sindicato em conjunto com os outros sindicatos de servidores das universidades públicas paulistas, dos servidores públicos nos três níveis e dos outros trabalhadores, visando garantir os nossos direitos. Assim, o momento é de organizar a resistência dos trabalhadores frente à implementação do projeto neoliberal, em nível mundial, construindo uma nova sociedade. ”

O plano de lutas aprovado

1) Construir, interna e externamente, a resistência à política neoliberal, bem como aos processos de globalização do capital e reestruturação produtiva no mundo contemporâneo e, em especial, suas aplicações e conseqüências nas políticas públicas:
a) fazendo a aproximação e inserção da Adunesp S. Sindical em movimentos do campo popular, nacionais e internacionais, na perspectiva da construção conjunta de ações de caráter reivindicatório e de contraposição às políticas ditadas pelo FMI, Banco Mundial, OMC;
b) combatendo a proposta de flexibilização e desregulamentação do setor educacional no Brasil.

2) Articular a criação de frentes estaduais e municipais de defesa da universidade pública; organizar e realizar ações políticas em defesa da ciência e tecnologia, contra a destruição dos institutos e entidades públicas de pesquisa.

3) Lutar contra as reformas administrativas, federal e estadual, que atingem a autonomia das universidades públicas, e contra todos os projetos que contribuam para a sua privatização.

4) Unificar a luta com os demais trabalhadores das esferas pública e privada contra o sucateamento e privatização dos serviços públicos, o arrocho salarial e a reforma da previdência, reforma trabalhista, sindical, entre outros.

5) Promover ações políticas e judiciais contra o confisco ou redução de salários e proventos decorrentes da implementação e do aumento de alíquotas previdenciárias.

6) Lutar em consonância com o Fórum Social Mundial pelo não pagamento da dívida externa e interna, bem como pela realização de auditoria cidadã da dívida.

7) Participar dos Fóruns Nacional e Estadual em Defesa da Escola Pública e estabelecer articulações em nível municipal para a construção desses Fóruns em todo o Estado.

8) Intensificar a luta pela garantia de financiamento estatal integral e combater a privatização das IES públicas, bem como denunciar o aligeiramento dos cursos de licenciatura e pedagogia das IES.

9) Posicionar-se contra o FUNDEF, que impõe aos municípios uma lógica de descentralização perversa e sem qualquer discussão democrática.

10) Combater a implantação dos cursos seqüenciais e Institutos Superiores de Educação, na Unesp e outras IES, bem como as atuais propostas do MEC/CNE de ensino à distância, reformas na educação técnica e tecnológica, as diretrizes curriculares e suas aplicações no estado de São Paulo.

11) Lutar pela expansão e ampliação do ensino público superior com base em critérios socialmente estabelecidos, que atendam às reais necessidades da população e com dotação orçamentária adequada à consecução dessas finalidades.

12) Participar e articular as lutas em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, e da ciência e tecnologia, especificamente no campo da pesquisa e da pós-graduação, defendendo intransigentemente:
a) a ampliação de verbas públicas para financiar a C&T (1,5% do PIB);
b) a integração ensino/pesquisa/extensão; graduação/pós-graduação; educação superior/educação básica; e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
c) a liberdade acadêmica dos professores, estudantes e técnico-administrativos, bem como a autonomia institucional, na definição e abordagem dos problemas e busca de soluções, contra a ingerência das instâncias do capital e do governo nas políticas acadêmicas e de C&T;
d) democratização e transparência na gestão dos órgãos de fomento;
e) os direitos referentes ao trabalho docente.

13) Desenvolver ações que se oponham à continuidade e/ou implementação do ensino pago nas universidades públicas (fundações de direito privado, flexibilização do RDIDP, mensalidades, taxas etc.).

14) Elaborar, juntamente com o Andes-SN, um cronograma de atividades que discuta regionalmente os seguintes temas:
a) autonomia e financiamento do ensino superior público e gratuito e lei orçamentária do Estado (LDO/LO);
b) democratização no interior das IES;
c) avaliação institucional das IES.
d) privatização interna nas instituições estaduais superiores: fundações, convênios, cursos de extensão pagos, de *lato sensu*, flexibilização dos regimes de dedicação integral à docência e pesquisa;
e) cursos seqüenciais, ensino à distância, institutos superiores de educação, diretrizes curriculares, reformas didático-pedagógicas, reformas na educação técnica e tecnológica.

15) Lutar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais do Estado que garantam recursos para C&T e para a FAPESP.

16) Lutar para que o governo estadual eleve a dotação orçamentária das universidades estaduais para 11,6% do ICMS e 2% para o Centro Paula Souza e que cumpra a Constituição, com repasse das verbas ali estabelecidas para educação e C&T.

17) Manutenção do vínculo entre a Unesp e o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”.

18) Implementar ações judiciais decorrentes de prejuízos trabalhistas e previdenciários provocados pelo EDUNESP e quaisquer outros que venham a regular as relações trabalhistas na Unesp e sejam nocivas aos seus trabalhadores.

19) Lutar pela democracia interna na Universidade, inclusive nos órgãos colegiados, e pelo respeito as suas deliberações propondo:
a) a realização de um Congresso Universitário da Unesp;
b) a realização da II Assembléia Universitária da Unesp, que inclua no seu temário essa questão;
c) audiência pública com o Conselho Estadual de Educação para discutir questões referentes a Unesp.

20) Aumento no número de vagas para a Unesp, com a equivalente dotação de verbas, inclusive para a adequada ampliação dos quadros docentes e técnico-administrativos, bem como infra-estrutura física e técnica que possibilite o seu pleno funcionamento e garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

21) Lutar para que a educ. continuada dos professores do ensino básico público seja garantida e mantida como obrigação do Estado.

22) Combater, na Unesp, a terceirização e a contratação de servidores via FUNDUNESP.

23) Lutar pela retirada dos vetos ao PNE (Plano Nac. de Educação).

24) Combater a implantação da Alca, inclusive participando de atividades mobilizatórias pela realização de plebiscito nacional oficial sobre o assunto.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Continuidade da luta no Senado é o caminho para impedir o confisco e as novas reformas que vêm por aí

Nova marcha e paralisação nacional devem acontecer em outubro

Eles traíram os trabalhadores

Estes deputados federais paulistas votaram a favor da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. Anote os nomes e consulte nas próximas eleições:

Alberto Goldman (PSDB-SP)
Aldo Rebelo (PCdoB-SP)
Aloysio N. Ferreira (PSDB-SP)
Arlindo Chinaglia (PT-SP)
Bispo Wanderval (PL-SP)
Cláudio Magrão (PPS-SP)
Angela Guadagnin (PT-SP)
Delfim Netto (PP-SP)
Devanir Ribeiro (PT-SP)
Dimas Ramalho (PPS-SP)
Dr. Evilásio (PSB-SP)
Dr. Hélio (PDT-SP)
Durval Orlato (PT-SP)
Gilberto Nascimento (PSB-SP)
Iara Bernardi (PT-SP)
Jamil Murad (PCdoB-SP)
Jefferson Campos (PSB-SP)
João Herrmann Neto (PPS-SP)
José Eduardo Cardozo (PT-SP)
José Mentor (PT-SP)
Julio Semeghini (PSDB-SP)
Luciano Zica (PT-SP)
Luiz Antonio Fleury (PTB-SP)
Luiz E. Greenhalgh (PT-SP)
Marcelo Ortiz (PV-SP)
Mariângela Duarte (PT-SP)
Medeiros (PL-SP)
Michel Temer (PMDB-SP)
Milton Monti (PL-SP)
Nelson Marquezelli (PTB-SP)
Neuton Lima (PTB-SP)
Paulo Kobayashi (PSDB-SP)
Paulo Lima (PMDB-SP)
Professor Luizinho (PT-SP)
Ricardo Izar (PTB-SP)
Roberto Gouveia (PT-SP)
Robson Tuma (PFL-SP)
Rubinelli (PT-SP)
Salvador Zimbaldi (PSDB-SP)
Telma de Souza (PT-SP)
Vadão Gomes (PP-SP)
Valdemar Costa Neto (PL-SP)
Vicente Cascione (PTB-SP)
Vicentinho (PT-SP)
Walter Feldman (PSDB-SP)
Zulaiê Cobra (PSDB-SP)

Abstenções
Ivan Valente (PT-SP)
Orlando Fantazzini (PT-SP)

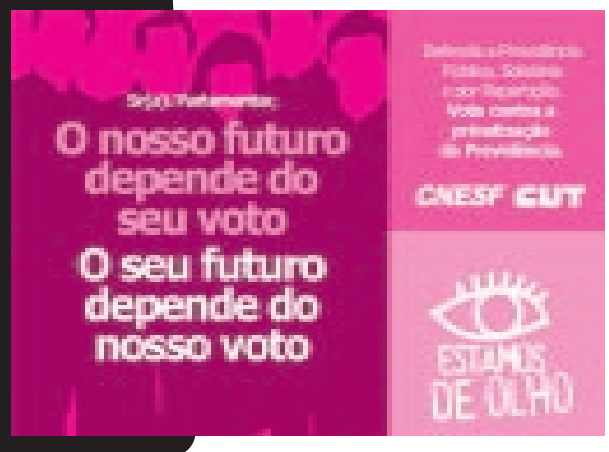
No dia 8 de julho, os servidores públicos federais iniciaram o primeiro e mais importante movimento de oposição pública ao governo Lula. Em todo o país, mais de 400 mil trabalhadores – metade da categoria – cruzaram os braços, em protesto contra a tentativa do governo de baixar, via emenda constitucional, aquele que já é considerado o maior confisco de todos os tempos. Por quase dois meses, a greve manteve-se firme em importantes redutos do funcionalismo, como as universidades federais, a Receita, o INSS e outros.

Foram realizadas, em poucas semanas, três grandes marchas a Brasília. No dia 6 de agosto, estima-se que mais de 80 mil tenham protestado na capital federal. Em vários estados, o movimento contou com a participação do funcionalismo local. Em São Paulo, por exemplo, as universidades estaduais aderiram a partir de 11 de agosto. Na Unesp, várias unidades pararam integralmente.

Se aprovada no Senado, a reforma da Previdência vai significar, sem sombra de dúvidas, a maior privatização já ocorrida no país. Segundo estimativas da Secretaria de Previdência Complementar, serão repassados aos fundos privados, até 2009, cerca de R$ 34 bilhões. A reforma atende integralmente aos compromissos firmados pelo governo petista com o Fundo Monetário Internacional, no início do ano, através da famosa "Carta de Intenções".

A mobilização do funcionalismo público, até então uma das maiores bases de sustentação do PT e do governo Lula, conseguiu chacoalhar o Planalto. Embora tímidas, as modificações promovidas no texto inicial da reforma são produto da pressão da greve. No entanto, para impedir que a reforma se concretize, é preciso avançar na mobilização.

Com a votação em segundo turno, na Câmara Federal, no dia 27 de setembro, o movimento ganhou outras dimensões. A greve foi suspensa, mas a luta continua, agora no Senado (*veja matéria sobre a tramitação da reforma, a seguir*). O Comando Nacional de Mobilização do funcionalismo continua se reunindo regularmente e está propondo a realização de uma nova marcha a Brasília, acompanhada de paralisação nacional, para os dias de votação no Senado, o que pode acontecer antes do dia 15 de outubro. Além disso, deve se intensificar a denúncia dos deputados que votaram a favor da reforma, inclusive dos petistas que se abstiveram nas votações da Câmara. Vamos denunciar pesadamente, agora e nas próximas eleições, os parlamentares que traíram os trabalhadores.



Cartaz da campanha de denúncia produzido pelo Comando Nacional de Mobilização dos Servidores

... continua

Intelectuais lançam manifesto contra o governo e a reforma previdenciária

A luta contra a reforma da Previdência teve mais um importante capítulo no dia 23 de setembro. O Seminário "A Reforma da Previdência em Debate", promovido por entidades do funcionalismo público (entre elas, o Andes), reuniu importantes intelectuais em Brasília, muitos deles próximos ao PT. A atividade foi realizada em uma tenda armada no gramado em frente ao Congresso Nacional, já que a autorização de uso do auditório Petrônio Portela, que havia sido dada pelo próprio presidente do Senado, foi cancelada às vésperas do evento.

Estavam presentes os seguintes intelectuais: Francisco de Oliveira, Ivo Loyola, Lílian Tereza Costalatti, Plínio de Arruda Sampaio, Plínio de Arruda Sampaio Filho e Wilson Cano. Também fizeram uso da palavra os deputados federais petistas João Fontes, Luciana Genro e Babá.

A crítica ao governo Lula e à reforma foi comum em todas as colocações. Ao final do Seminário, foi produzido um manifesto, que você acompanha a seguir:

MANIFESTO DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO *'A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM DEBATE'*

Os intelectuais, acadêmicos e entidades participantes do Seminário "A Reforma da Previdência em Debate", realizado dia 23/9/2003, na Esplanada dos Ministérios, vêm manifestar seu repúdio à reforma da Previdência (PEC 67/03), encaminhada pelo governo e em tramitação no Senado Federal.

A reforma da Previdência é um sim às imposições do FMI, que estavam presentes nas cartas de intenções firmadas pelo governo FHC e reiteradas, várias vezes, pelo governo Lula. Para legitimá-la como uma demanda da sociedade, o governo Lula não mediu esforços em desenvolver uma inescrupulosa e sórdida campanha contra os servidores públicos.Manipulou dados e nunca apresentou os cálculos e estudos atuariais que demonstrassem a existência de "déficit" e a insustentabilidade da seguridade social. O governo jogou maquiavelicamente o trabalhador do setor privado contra o trabalhador do setor público e a população contra estes últimos que dedicam suas vidas ao Estado e à assistência dos menos favorecidos. Essa atitude não é digna de um governo que se diz dos trabalhadores.

A reforma da Previdência visa apenas à realização de um ajuste fiscal em cima do servidor público para economizar cerca de R$ 56 bilhões em 30 anos, quantia essa gasta pelo atual governo nos primeiros 4 meses de mandato com o pagamento dos juros da dívida, que beneficiam especialmente o setor financeiro. Retirou direitos duramente conquistados pelos trabalhadores, quando deveria enfrentar os verdadeiros inimigos do Estado. A reforma da Previdência atinge todos que sofreram, nos tristes governos Collor e Fernando Henrique, um gigantesco arrocho sobre seus salários e desconsidera a falta de reposição e renovação de servidores durante quase uma década. É repugnante ver tudo isso acontecer em um país que possui um contingente de servidores públicos de apenas 4,7% de sua população, contra 7,2% nos EUA, 8,6% no Reino Unido, 7,9% na Alemanha, 14,9% na Suécia, 18,8% na Dinamarca, e 19,8% na Noruega.

Toda essa "economia" será feita ceifando-se vários direitos dos servidores. O primeiro deles será a integralidade, pressuposto fundamental da constituição de carreiras e da dedicação exclusiva ao Estado. O segundo direito quebrado pela reforma do governo Lula é a paridade, conquistada por meio de árdua luta na Constituinte de 1988. Até então, o que ocorria com os servidores era a corrosão dos benefícios previdenciários, levando-os a situações pecuniárias aviltantes. Não se faz justiça social suprimindo e restringindo direitos e garantias arduamente conquistados pelos trabalhadores dos serviços públicos. Justiça social se faz ampliando direitos e garantias para o conjunto dos trabalhadores do setor privado que não os possui.

Para obrigar os atuais servidores a trabalharem por um número maior de anos, a reforma proposta pelo governo Lula quebra cláusulas pétreas da Constituição, ameaçando seriamente o próprio Estado de Direito e as garantias individuais. As regras de transição quebram disposições transitórias estabelecidas por outra emenda constitucional, aventura que certamente será questionada junto ao Poder Judiciário mediante uma enxurrada de ações judiciais.

A contribuição dos inativos e o desconto das pensões também constituem uma verdadeira afronta à ordem constitucional, quebrando de uma só vez os princípios básicos da isonomia tributária, da justiça, da capacidade contributiva, da igualdade e do mínimo vital, retirando a fonte básica de sustento daqueles que já pagam onerosos tributos sobre o consumo de produtos essenciais à sobrevivência. Enquanto isso, o setor financeiro esbanja ganhos recordes e isenções fiscais, tendo lucrado em 2002 tudo que será economizado pelo governo em uma década de corte de direitos dos trabalhadores.

Mais uma vez, o setor financeiro - e seus fundos de pensão - serão os únicos beneficiários disso tudo. O governo visa, a partir da instituição de um teto e da precarização da aposentadoria de seus servidores, a abrir o país para o grande filão da previdência privada e dos fundos de pensão. E a prova irrefutável disto é que bastou o governo propagandear o falso rombo da previdência pública, para os fundos privados de previdência dobrarem suas vendas e aumentarem em mais de 70% o seu faturamento este ano, em comparação ao mesmo período do ano passado.Os mesmos fundos de pensão que, após as crises financeiras globais, se mostraram um fracasso para os trabalhadores, pois não garantem ou se quer preservam, no Brasil e no mundo, as aposentadorias recolhidas por décadas e décadas. Além de possíveis "falências", tais recursos inevitavelmente serão, em sua grande parte, aplicados no mercado financeiro, que não garante a sobrevivência dos futuros aposentados. Como se tudo isso não bastasse, o governo ainda introduziu, no próprio texto constitucional, a modalidade "contribuição definida", jogando para cima dos servidores toda e qualquer responsabilidade sobre perdas de seus fundos. Isso não significa outra coisa a não ser a retirada do Estado de sua obrigação básica, constante na Constituição: a garantia da aposentadoria.

Para obrigar os atuais servidores a trabalharem por um número maior de anos, a reforma proposta pelo governo Lula quebra cláusulas pétreas da Constituição

É lamentável constatarmos que o país, após esperar centenas de anos por um representante da classe trabalhadora, um presidente operário, possa estar sofrendo o maior revés de sua história. Assim, cabe a todas as forças com histórico de compromissos sociais, parlamentares progressistas, personalidades da sociedade civil comprometidas com a luta pelos direitos da cidadania e a população em geral posicionarem-se com a máxima urgência contra o conteúdo da reforma proposta.

Pelo voto contra a PEC 67/03 por parte do Senado.

Pela abertura efetiva de negociação com a sociedade brasileira.

Pela Seguridade e Previdência social pública, universal e solidária.

Pelo resgate, por parte dos senadores, da credibilidade do Poder Legislativo, manchada pelas atitudes da Presidência da Câmara Federal e por parte de parlamentares indignos do mandato que lhes foi conferido.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Entenda as medidas aprovadas na Câmara

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) elaborou um roteiro de perguntas e respostas, contendo as principais dúvidas relativas ao texto da reforma previdenciária aprovado na Câmara. Confira:

1) Como fica a situação de quem já está aposentado, está recebendo pensão ou já tem tempo suficiente para requerer o benefício? Estão protegidos pelo direito adquirido?

Sim, as três situações estão protegidas pelo direito adquirido em relação à paridade. Mas os atuais aposentados e pensionistas irão pagar contribuição e, no caso dos aposentados que vierem a falecer na vigência das novas regras, haverá redutor na pensão de seus dependentes, conforme explicado em tópicos a seguir.

Os servidores que já preencheram os requisitos para requerer aposentadoria proporcional e ainda não o fizeram, não precisam correr para se aposentar, porque poderão fazê-lo a qualquer tempo, sendo-lhes asseguradas as regras de concessão e de correção dos benefícios atuais. Enquanto não resolverem requerer o benefício, ficarão isentos da contribuição para a previdência. Só na hipótese de morte e, ainda assim após estar aposentado, é que haverá o redutor na pensão. Se falecer antes de se aposentar, a pensão será integral.

2) Todos os servidores que preencheram ou vierem a preencher os requisitos para requerer aposentadoria (proporcional ou integral), mas decidirem continuar trabalhando, têm direito ao abono?

Sim, desde que tenham pelo menos 25 anos de contribuição. Assim, a única hipótese de não receber abono seria a do servidor ou servidora com mais de 60 anos, de idade, no caso da mulher, ou mais de 65 anos de idade, no caso do homem, que podem se aposentar por idade, mas que não contassem com os 25 anos de contribuição. Neste caso, mesmo podendo requerer aposentadoria, não teria direito ao abono na hipótese de continuar trabalhando. E isto é plenamente possível, já que a aposentadoria proporcional por idade, pelas regras atuais, exige apenas dez anos de serviço público.

3) Quem é que tem direito à integralidade?

Todos os servidores que já preencheram os requisitos exigidos na emenda 20 ou vierem a preencher as exigências do art. 7º da PEC 40:

1. Os requisitos da Emenda 20 são os seguintes: a) 53 anos de idade, 35 anos de contribuição mais pedágio, e cinco anos no cargo, se homem, ou b) 48 anos de idade, 30 anos de contribuição mais pedágio e cinco no cargo, se mulher.

2. Os requisito da PEC 40, artigo 7º, são os seguintes: i) 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo, se homem, ou .ii) 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo, se mulher.

4) Como ficam as aposentadorias proporcionais?

A aposentadoria proporcional (no sentido tradicional, com cinco anos a menos de trabalho em relação à integral) será extinta com a promulgação da nova emenda. Assim, quem ainda não preencheu seus requisitos ou não vier a preenchê-los até a promulgação da emenda, perde esse direito.

A aposentadoria proporcional, após a promulgação da emenda, ficará limitada a três situações: a) aposentadoria compulsória, aos 70 anos, b) aposentadoria por idade, respectivamente aos 65 ou 60 anos, homem ou mulher, e c) aposentadoria com redutor de 5% por ano em relação à nova idade mínima (60 anos homem e 55 mulher), que será devida ao servidor com mais de 53 anos de idade, se homem, ou 48, se mulher, 35 anos de contribuição ou 30, acrescido de pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, se do sexo masculino ou feminino, e cinco de efetivo exercício no cargo.

5) Todos os atuais servidores poderão se aposentar mais cedo, com o redutor?

Não. Apenas os que ingressaram no serviço público antes de 15/12/1998, data da promulgação da Emenda 20. Quem ingressou depois, só poderá requerer aposentadoria após completar 60 anos de idade, se homem, ou 55, se mulher, com as seguintes exigências: a) aposentadoria com cálculo pela média e sem paridade, após 30 ou 35 anos de contribuição, respectivamente mulher ou homem, dez anos no serviço público e cinco no cargo, b) aposentadoria integral, com paridade mitigada, após 30 ou 35 anos de contribuição, respectivamente mulher ou homem, 20 anos no serviço público, dez na carreira e cinco no cargo.

6) Como fica a paridade?

Em seu sentido pleno, incluindo todos os direitos e vantagens asseguradas aos servidores em atividade, ela será devida somente aos atuais aposentados e pensionistas e aos atuais servidores que já preencheram os requisitos ou vierem a preencher para a aposentadoria proporcional ou integral até a data da promulgação da emenda.

7) Como ficarão os reajustes das aposentadorias e pensões dos atuais servidores que estarão sujeitos às novas regras?

Há duas hipóteses para os atuais.

A primeira hipótese garante uma paridade mitigada, que consiste na "revisão na mesma proporção e na mesma data" da remuneração dos servidores em atividade, sem contudo estender benefícios, vantagens ou transformações e reclassificações de cargo ou funções. Ela é devida ao servidor homem que completar 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo ou à mulher que tiver 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 na carreira e cinco no cargo.

A segunda hipótese, aplicáveis aos servidores atuais que anteciparem a aposentadoria e aos futuros servidores, consiste no "reajustamento dos benefícios para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei". Ou seja, não há nenhuma garantia de índice ou critério de reajuste, já que dependerá de lei.

8) Como será o cálculo das aposentadorias dos atuais servidores sujeitos às novas regras?

Há duas situações:

Se o servidor ficar até completar os requisitos do art. 7º da PEC 40 (homem: 60 anos de idade, 35 de contribuição, 20 de serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo. E mulher: 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 no serviço público, 10 na carreira e cinco no cargo) terá direito à integralidade e, portanto, sua aposentadoria terá por base a última remuneração.

Se, entretanto, o servidor resolver se aposentar com base nas regras do art. 2º da PEC 40, portanto antes de completar a nova idade mínima *(homem: a partir dos 53 anos de idade, 35 de contribuição e mais pedágio de 20% sobre o tempo que faltava para completar o tempo de contribuição em 15/12/1998 e cinco no cargo, ou mulher: a partir dos 48 anos de idade, 30 de contribuição e mais pedágio de 20% sobre o tempo que faltava para completar o tempo de contribuição em 15/12/1998 e cinco no cargo)* o cálculo de seus proventos irá considerar as remunerações utilizadas como bases para as contribuições no regime geral (INSS) e no regime próprio (estatutário), resultando numa média.

9) Como fica a regra de transição?

A regra de transição, que só se aplica aos servidores que ingressaram no serviço publico antes da Emenda 20 (15/12/1998), é muito tímida e profundamen-

... continua

te injusta para com o atual servidor. Ela permite que o servidor – que vier a completar 53 anos de idade, se homem e 48, se mulher – desde que tenha 35 anos de contribuição no primeiro caso e 30 no segundo, além de cinco no cargo, possa requerer aposentadoria, mas institui um redutor. Para quem atingir o requisito da idade entre a promulgação da emenda e 31 de dezembro de 2005, o redutor sobre cada ano antecipado em relação à nova idade (60 anos para homem e 55 para mulher) será de 3,5% por ano antecipado. Já quem completar a idade da regra de transição somente a partir de janeiro de 2006, o redutor será de 5% em relação a cada ano antecipado.

10) E a contribuição de inativo?

Para os atuais aposentados e pensionistas, bem como para aqueles que já reuniram todos os requisitos para requerer aposentadoria proporcional ou integral, será cobrada contribuição na parcela do provento que exceda a 60% do teto do INSS, no caso dos servidores da União, e de 50%, no caso dos servidores estaduais e municipais. Assim, será cobrada a contribuição de 11% sobre a parcela do provento acima de R$ 1.440,00, no caso da União, de R$ 1.200,00, no caso de Estados e Municípios.

Para os atuais servidores que vierem a se aposentar sob as novas regras, a contribuição incidirá sobre a parcela da remuneração que exceda a R$ 2.400,00, que corresponderá ao novo teto do INSS.

11) Como ficará a pensão?

A pensão dos dependentes dos atuais aposentados, quando eles vierem a falecer, será integral até R$ 2.400,00 (o novo teto do INSS), acrescida de 70% do restante do provento. Ou seja, haverá um redutor de 30% sobre a parcela do provento que exceder ao valor de R$ 2.400,00.

Para os atuais servidores com direito adquirido à aposentadoria, que vierem a falecer antes de requerer seu benefício, mesmo que a morte ocorra após a promulgação da emenda, seus dependentes terão direito à pensão integral.

Já o atual servidor que venha a falecer antes de completar os requisitos para a aposentadoria deixará uma pensão integral até R$ 2.400,00, acrescida de 70% da parcela da remuneração que exceda a esse valor.

12) O fundo de pensão será obrigatório?

Não, não há vinculação automática, nem para os atuais nem para os futuros servidores. Os futuros servidores, entendidos como tal aqueles que ingressarem no serviço público após a criação do fundo, terão cobertura no regime próprio até o teto do INSS, ou até R$ 2.400,00, podendo aderir ao fundo de pensão na parcela que excede a esse valor. Já os atuais servidores continuam contribuindo para a aposentadoria a totalidade de sua remuneração, só aderindo o fundo de pensão por livre e espontânea vontade, a partir de manifestação prévia e expressa.

A natureza do fundo é pública, mas que outra natureza poderia ter um fundo cujo participante é servidor e seu patrocinador é um ente estatal? As demais regras sobre a estrutura e funcionamento da previdência complementar do servidor já está na Lei Complementar nº 108/2000.

13) E quem aderir ao fundo de pensão, como fica sua situação?

No caso dos novos servidores, eles terão aposentadoria pelo regime próprio até R$ 2.400,00 e a complementação será feita pelas reservas que conseguir acumular no fundo, cujo plano de benefício será de contribuição definida. Será fixada a alíquota de contribuição, que será paritária para o servidor e para o governo, no caso o patrocinador. Assim, a contribuição será igual e, portanto, para cada um real do servidor, o governo também contribuirá com um para o fundo.

Já aos atuais servidores que aderirem ao fundo, sua aposentadoria terá as seguintes fontes: a) um valor relativo ao benefício diferido, proporcional ao tempo que contribuiu integralmente, que corresponderá ao tempo passado, b) um valor proporcional ao tempo que vier a contribuir com base no novo teto de R$ 2.400,00, e c) um terceiro com reservas acumuladas no fundo de pensão.

14) Como ficam os tetos e subtetos na administração pública?

No plano federal, o teto será único e corresponderá à maior remuneração de Ministro Supremo Tribunal, atualmente em R$ 17.170,00. Trata-se de material auto-aplicável e, portanto, quem estiver com abate teto no plano federal terá a parcela até o novo teto liberada imediatamente e quem estiver recebendo mais do que o teto perderá a parcela que exceder ao salário do ministro do Supremo.

Nas esferas estaduais e municipais, há vários subtetos. No Judiciário estadual, o subteto será o salário do Desembargador, que também será aplicado a três carreiras do Poder Executivo Estadual: Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradores. O subteto do Judiciário Estadual é de 90,25% do teto da União. No Poder Executivo Estadual, com exceção das três carreiras vinculadas ao Judiciário, será o subsídio do governador do Estado. E no Legislativo Estadual, o subteto terá por base o salário de deputado Estadual. Já nos Municípios, o subteto será o salário do prefeito.

15) Como ficam as aposentadorias por invalidez?

A aposentadoria por invalidez será integral, desde que decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, sendo os demais casos proporcionais ao tempo de contribuição.

16) Os servidores contratados pelo regime de emprego estão abrangidos por essas regras?

Não. Elas são específicas para os servidores titulares de cargos efetivos. Os que forem contratados pelo regime de emprego público serão filiados ao INSS e submeterão às regras do Regime Geral de Previdência Social.

17) As novas regras valem para todos os servidores?

Não, apenas os civis. Agora, entre os civis, todos os servidores serão atingidos pelas novas regras, inclusive os magistrados, diplomatas, membros do Ministério Público, de Tribunais de Contas e servidores do Poder Legislativo. Os militares estão fora. Terão uma legislação específica.

Os pontos que o governo admite negociar

Após a aprovação na Câmara dos Deputados (PEC 40/03), em dois turnos, a reforma da Previdência tramita, agora, no Senado (PEC 67). No momento de fechamento desta edição, em 2/10, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ainda se preparava para analisar e votar as cerca de 200 emendas apresentadas. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) explica que o texto aprovado na CCJ irá ao plenário, onde será aberto novo prazo para apresentação de emendas: cinco dias úteis em que haja sessão deliberativa no Senado. Essas emendas apresentadas em plenário também necessitam do apoio de um terço do Senado. Havendo apresentação de emendas, o texto retorna à Comissão de Justiça no Senado para que o relator, num prazo de até 30 dias, dê parecer sobre elas. Na segunda e última fase no Senado, os senadores votarão o texto aprovado na Comissão - com ou sem emendas - em dois turnos, havendo um intervalo mínimo entre o primeiro e o segundo turno de pelo menos cinco dias úteis. A intenção da CCJ é concluir a votação até o dia 7 de outubro. Os pontos que o governo admite modificar são os seguintes:

1) Dobrar o piso de isenção da contribuição previdenciária de 11%, comparando-se com os valores aprovados pela Câmara. Assim, inativos estaduais com doenças incapacitantes para o trabalho ficarão isentos até o valor de R$ 2.400, aposentados federais até R$ 2.880 e pensionistas de qualquer nível de governo até R$ 4.800.

2) Alterar o subteto salarial dos executivos estaduais. Os deputados aprovaram que o maior salário ou aposentadoria no Estado será o do governador. No entanto, em alguns estados o salário do governador é considerado baixo, o que afetaria as carreiras do serviço público. Uma das idéias em discussão prevê que os governadores terão 60 dias para enviar às Assembléias Legislativas estaduais projeto para aumentar o próprio salário, desde que não seja superior ao salário dos desembargadores da Justiça Federal (estes limitados a 90,25% do salário do ministro do STJ).

3) Colocar na reforma mecanismos de controle social das previdências federais, estaduais e municipais.

O governo não concorda em discutir uma das propostas de mudança apresentadas pela oposição, que prevê uma fase de transição entre o atual e o novo sistema de aposentadorias do serviço público, para beneficiar pessoas prestes a pedir aposentadoria.

As eventuais alterações que forem acordadas serão votadas em uma emenda constitucional separada.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Trabalhadores arcam com uma das maiores cargas de impostos do mundo

Ricardo Borges/Andes

Enquanto o governo procura agradar gregos, baianos, governadores, empresários e FMI, brasileiro deve continuar trabalhando mais de quatro meses ao ano só para pagar impostos

Os debates em torno da reforma tributária, que já venceram a primeira fase no Congresso – aprovação no plenário da Câmara –, agora se encontram na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Longe do consenso, a proposta apresentada pelo governo ainda é negociada com governadores e empresários.

Cada um tenta garantir suas vantagens. No entanto, os grandes prejudicados pela violenta carga tributária brasileira – que bate nos 36,45% do Produto Interno Bruto/PIB – estão fora das negociações: os trabalhadores.

A prioridade do governo federal é garantir a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – que o próprio PT era contra) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite o uso livre de até 20% da arrecadação com impostos. É a DRU, aprovada durante o governo FHC, na época sob protestos do PT, que dá aparência legal ao desvio que o governo faz de boa parte dos recursos destinados à Seguridade Social (Previdência, Saúde e Saneamento Básico) para o pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros.

Entre os pleitos dos governadores, está uma espécie de DRU estadual. Eles querem abolir da lei os percentuais mínimos exigidos nos gastos com educação e saúde, por exemplo.

Carga tributária sobre o PIB - Brasil

Média da década de 70 = 20,89%
Média da década de 80 = 21,02%
Média da década de 90 = 27,82%
Média a partir de 2000 = 35,07%

Quanto o brasileiro trabalha por ano para pagar impostos

Década de 70 = 76 dias (ou 2 meses e 16 dias)
Década de 80 = 77 dias (ou 2 meses e 17 dias)
Década de 90 = 102 dias (ou 3 meses e 12 dias)
A partir de 2000 = 128 dias (ou 4 meses e 8 dias)
Em 2002 = 133 dias (ou 4 meses e 13 dias)

Quatro meses dedicados ao leão

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), em 2002 cada brasileiro trabalhou, em média, 133 dias só para satisfazer a fome do leão, o que corresponde a quatro meses e 13 dias.

Também em 2002, a carga tributária do país bateu todos os recordes históricos, chegando a 36,45% do PIB (Produto Interno Bruto). De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu 1,52% em 2002. Entre os anos de 1986 e 2002, esse crescimento somou 287% (de R$ 477,92 bilhões, foi a R$ 1,307 trilhão). Já a carga tributária, em igual período, saltou 530%, passando de R$ 136,73 bilhões para R$ 476,57 bilhões.

Outra revelação feita pelo estudo do IBPT é que o brasileiro vem aumentando o valor individual de tributos que paga ao governo a cada ano, como mostram os quadros. Em 1993, cada brasileiro pagou o equivalente a R$ 700,51. Em 1999, esse valor representava R$ 1.815,13, passando para R$ 2.361,08 em 2001 e atingindo R$ 2.723,26 em 2002. Ou seja, houve um aumento de 288,75% da arrecadação "*per capita*" entre 1993 e 2001. Durante o governo FHC, o crescimento foi de 213%.

Os serviços que deveriam ser públicos

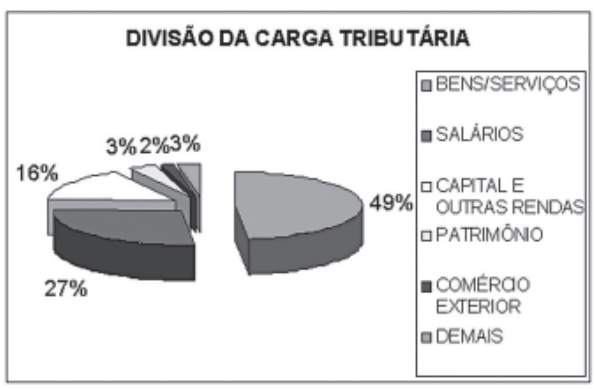
Os números do IBPT mostram que os gastos com serviços que deveriam ser públicos (educação, planos de saúde ou despesas médicas, segurança, previdência privada etc) também consomem boa parte da renda do trabalhador... pelo menos daqueles que estão empregados e que têm uma renda que lhes permita pensar em algo mais do que sobreviver.

Uma família de classe média (casal e dois filhos), por exemplo, comprometia 25 dias do ano (7% da renda) com estes gastos na década de 70. Nos anos 80, já eram 44 dias (12% da renda). Em 1990, saltou para 51 dias (14% da renda). Em 2002, esta mesma família já consumia 98 dias do ano com tais serviços (27% da renda).

Conclusão... lá se foram quase oito meses de trabalho só para bancar impostos e serviços que deveriam ser prestados pelo Estado.

A divisão da carga tributária

A pesquisa do IBPT mostra, ainda, que cabe às pessoas físicas a maior parte da tributação do país. Entre impostos embutidos nos bens e serviços (49%) e os recolhidos diretamente dos salários (27%), temos um total de 76% da carga tributária recaindo sobre a classe trabalhadora.



... continua

Impostos vêm de todo lado

Não são apenas os impostos diretos que atazanam a vida do trabalhador. Além da retenção do Imposto de Renda na fonte, o cidadão paga impostos em todos os produtos e serviços que consome. E não é pouca coisa. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por exemplo, faz inchar as contas de luz, água, telefone etc. Está presente, ainda, no preço final dos alimentos, roupas, eletrodomésticos etc. Vejamos este exemplo:

Uma conta telefônica de R$ 105,03 traz embutido um ICMS de R$ 25,23, ou seja, 25% do total. É muita coisa!

E, se os trabalhadores não têm para onde correr, o mesmo não acontece com a burguesia. Empresários, banqueiros e fazendeiros encontram mil e uma formas de burlar o fisco. Muitas vezes, contam com a ajuda direta e oficial do governo. Em agosto, usando a crise gerada com o anúncio de quase quatro mil demissões pela Volkswagen, as montadoras de automóvel ganharam do governo uma redução de três pontos no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), exatamente do jeito que acontecia na era FHC. A redução é válida até novembro, mas está sujeita a prorrogações. Para o consumidor, a bondade do governo Lula para com um dos setores mais lucrativos do capitalismo mundial, os resultados são pífios: 1% de redução no preço final dos carros. Quanto às ameaças de demissão na Volks, nada está garantido. Apesar de ter um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, prevendo estabilidade até 2005, a montadora está usando uma manobra para viabilizar as demissões. A multinacional criou uma empresa dentro dela mesma, chamada Autovisão, que teria o objetivo de "tentar" recolocar os demitidos no mercado de trabalho.

Banqueiros fazem a festa

Aproveitando-se de brechas na lei, ou simplesmente sonegando, os banqueiros estão entre os que menos pagam impostos no Brasil, embora sejam o setor mais lucrativo e parasitário da economia. De 1994 a 2001, por exemplo, de acordo com o jornal *Valor Econômico* (20/7/2003), os dez maiores bancos privados instalados no país viram seus lucros crescerem de R$ 3 bilhões para R$ 8,4 bilhões (aumento de 180%). Em igual período, no entanto, os impostos pagos por eles baixaram de R$ 2,6 bilhões para R$ 1,29 bilhão (redução de 60%).

Os sonegadores gurus

Além de não se esforçar para deter a sonegação, o governo Lula ainda promove grandes sonegadores a conselheiros do Planalto. No Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes), criado por Lula para "planejar" as reformas, estão 11 dos maiores devedores do INSS, entre eles o próprio ministro Luís Fernando Furlan, que é membro do grupo Sadia. Veja só a dívida de cada um em milhões de reais:

- Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce) – R$ 392,077
- Roberto Egydio Setúbal (banco Itaú) – R$ 380,550
- José Alencar (Coteminas, Wembley S/A e Embratex) – R$ 251,600
- Fernando Xavier (Telefônica/Telesp) – R$ 291,053
- Miguel J. J. Filho (Santander/Banespa) – R$ 145,404
- Márcio Artur Cypriano (Bradesco) – R$ 103,572
- Luís Fernando Furlan (Sadia) – R$ 71,853
Daniel Feffer (Cia. Suzano de Papel) – R$ 23,874
- Fábio Colleti Barbosa (ABN/Amro/Real) – R$ 15,871
- José Cutrale (Sucocítrico Cutrale) – R$ 13,649
- Alain Juan Pablo Belda (Alcoa) – R$ 10,433

Trabalhador não deve pagar impostos

Como se vê, os menos ouvidos na reforma tributária são os que mais pagam impostos no Brasil, seja através da retenção na fonte (IR), seja por meio dos impostos indiretos nas mercadorias (ICMS, IPI etc).

Um governo realmente comprometido com a maioria trabalhadora do país teria que inverter essa equação. Os impostos deveriam recair apenas sobre os capitais, ou seja, sobre os ganhos capitalistas. A população, que sofre com baixos salários e serviços públicos de má qualidade, deveria ser isenta de qualquer tributação.

Abaixo-assinado pede plebiscito oficial sobre a Alca

Movimento já reuniu mais de dois milhões de assinaturas

A luta contra a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) continua. Um grande abaixo-assinado, que já reuniu mais de dois milhões de assinaturas até o momento, está sendo realizado em todo o país. A reivindicação é que o governo Lula realize um plebiscito oficial para saber a opinião dos brasileiros sobre o assunto. No ano passado, um plebiscito organizado pela igreja e entidades populares teve a participação de cerca de 10 milhões de pessoas e a maioria esmagadora posicionou-se contra a Alca.

O abaixo-assinado reivindica ao governo federal, ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário:

1 – A convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca, ainda em 2004, a fim de garantir o direito ao povo brasileiro de decidir os destinos do país;

2 – A realização imediata de uma auditoria pública sobre a dívida externa brasileira, conforme determina a Constituição Federal, e com a participação de entidades da sociedade;

3 – A retirada definitiva do Acordo de Cessão da Base de Alcântara aos Estados Unidos.

Participe. Procure o abaixo-assinado na Adunesp de sua unidade.

Ricardo Borges/Andes

O QUE VEM POR AÍ

Governo prepara reforma sindical e trabalhista

Intenção é fragilizar o movimento sindical e cortar direitos trabalhistas históricos

Ricardo Borges/Andes

"A reforma sindical e trabalhista constitui uma das diretrizes prioritárias do Governo Federal. A urgência requerida por essa reforma decorre da necessidade de tornar as leis e instituições do trabalho mais compatíveis com a nova realidade econômica, política e social do país, de maneira a favorecer a democratização das relações do trabalho e a criar um ambiente propício à geração de empregos de melhor qualidade e à elevação da renda da população."

O trecho acima abre um extenso documento preparado pelo Ministério do Trabalho (MT), logo no início do governo, intitulado "Reforma Sindical e Trabalhista e Afirmação do Diálogo Social". Nele, há um conjunto de justificativas para a necessidade de uma reforma sindical e trabalhista no país.

Para quem não se lembra, esta reforma – a exemplo da previdenciária – também foi tentada pelo governo Fernando Henrique, mas esbarrou na reação popular e na oposição parlamentar, à época capitaneada pelo PT. A pretexto de combater o desemprego, FHC propunha o corte ou a deformação de diversos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, como é o caso do FGTS, férias, horas extras, licença-maternidade etc. Tudo passaria a ser negociado diretamente entre sindicatos e patrões. Obviamente, apenas os grandes sindicatos, mais fortes e organizados, teriam poder de fogo para entabular uma negociação real. A ampla maioria estaria desprotegida.

Agora, no governo Lula, as justificativas são bem parecidas. O documento do MT também se apóia nos altos índices de desemprego e nas alterações ocorridas no mercado de trabalho. "As transformações observadas na estrutura produtiva, em meio à acirrada concorrência internacional, a estagnação econômica e o declínio da capacidade de gasto público nas várias esferas de governo afetaram a geração de emprego e a qualidade da inserção ocupacional", diz um de seus trechos.

O texto do MT faz um conjunto de recomendações, que foram aprovadas no âmbito do Codes (o conselho que assessora Lula, composto majoritariamente por empresários). "O sistema brasileiro de relações trabalhistas está superado, sendo por isto necessário rediscutir o atual marco normativo constitucional e infraconstitucional", aconselha o Codes. Traduzindo: é preciso reformar a estrutura sindical para garantir o funcionamento de uma estrutura trabalhista mais "enxuta" e na qual haja poucas garantias legais. Uma das principais propostas do governo, neste sentido, é o fim da unicidade sindical, ou seja, a permissão para que se criem vários sindicatos numa mesma categoria, o que significaria um enfraquecimento organizativo. A regulamentação do direito de greve dos servidores públicos também é um pleito dos gurus empresários.

O Codes é bem claro quanto à necessidade de extinguir direitos trabalhistas: "A legislação constitucional e infraconstitucional deve fixar direitos mínimos, de caráter indisponível e extensivo a todos os trabalhadores. Por meio de negociação coletiva, podem ser estabelecidas formas de aplicação dos direitos que levem em conta a vontade das partes e as peculiaridades de cada setor de atividade econômica ou profissional."

Novo confisco

A intenção do governo com estas novas reformas, que também são exigência do FMI, é óbvia. O objetivo é fragilizar as entidades sindicais e impor um violento corte de direitos trabalhistas, exatamente na medida das reivindicações do empresariado. Além disso, visa a diminuir o poder de fogo das representações sindicais dos servidores públicos, onde tem se concentrado a maior reação, até o momento, à política pró-imperialista do governo Lula.

Também contra estas reformas, será necessária uma ampla mobilização dos trabalhadores, tanto da iniciativa privada quanto do funcionalismo.

Liberdade aos presos políticos do MST

Neste momento, o Brasil tem 16 presos políticos. Por defender a implantação da reforma agrária no Brasil, 16 trabalhadores rurais sem terra ligados ao MST estão detidos em vários estados do país, numa clara tentativa de intimidação do movimento.

Em São Paulo, são três os militantes rurais detidos: José Rainha Júnior e Felinto Procópio, o Mineirinho, estão presos desde 11 de julho, em Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, acusados de formação de bando e quadrilha. A esposa de Rainha, Diolinda Alves de Souza, foi detida em 10 de setembro. Suas prisões fazem parte de uma estratégia para criminalizar o MST, desencadeada pelo juiz Átis de Araújo, que, em pouco mais de um ano, decretou a prisão preventiva de 28 integrantes do Movimento na região do Pontal. A expedição de mandados de detenção inclui outros oito integrantes do MST: Cledson Mendes, Márcio Barreto, Messias Duda, Eduardo de Morais, Zelitro Luz, Valmir Rodrigues Chaves, Sérgio Pantaleão e Roberto Rainha.

Diga não à criminalização da reforma agrária. Envie mensagens e protestos para o governador Geraldo Alckmin: Fax (11) 3745 – 3301 e e-mail: saopaulo@sp.gov.br